



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567925 - SP (2020/0072598-0)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TADEU JOSE MIGOTO FILHO - PR061564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AUGUSTO CESAR ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **AUGUSTO CESAR ALMEIDA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, restando assim ementado (fls. 78-91):

“Habeas Corpus Execução Indulto (Decreto Presidencial nº 8.940/2016) Impetração substitutiva de recurso próprio Impossibilidade de concessão de Indulto à pena já extinta Acolhimento que gera ‘crédito’ de penas, o que não se admite Precedentes Constrangimento ilegal não evidenciado Ordem denegada.”

No presente **habeas corpus**, a d. Defesa repisa os argumentos da peça originária, aduzindo que *“Com efeito, apesar do vencimento das execuções de nº 06 e 07 estivesse previsto para a data de 18.10.2019, o apenado encontra-se recluso em cumprimento das demais penas, cuja execuções se iniciaram no dia subsequente ao cumprimento das supracitadas penas (19.10.2019), e cujo vencimento está estimado para o dia 24/09/23. Destarte, eventual concessão da ordem para reconhecer o caráter declaratório do indulto teria o condão de antecipar o dies ad quem da pena encerrada, o que abreviaria o término das demais execuções e, por conseguinte, adiantaria, também, o termo inicial para contagem de benefícios. Outrossim, o pleito defensivo é juridicamente possível, eis que, em verdade, as sanções de nº 06 e 07 não estão extintas, senão unificadas com as reprimendas remanescentes”* (fls. 6-7)

Requer, inclusive LIMINARMENTE, “a final e total procedência da presente ordem de habeas corpus, confirmando-se a liminar, para cassar a decisão atacada e conceder ao Paciente o pedido de Indulto, determinando a adoção da data-bas e fixada no Decreto nº 8.940/16 qual seja, dia 22 de dezembro de 2016, como termo final da pena tocante às execuções de nº 6 e 7 e a data da última prisão como início de cumprimento das penas remanescentes” (fl. 12)

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição sumária**, verifica-se que **o pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado após a devida instrução do feito e oitiva do d. Ministério Público Federal.

Exemplificativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO.

1. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar.

2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.

3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.

2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica. 3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO
DO TJ/PE)
Relator